



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ACRE
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Rio Branco
Processo:	07105816520198010001
Classe do Processo:	Contestação
Data/Hora:	22/10/2020 16:47:34

Partes

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

Documentos

Petição:	2760292_CONTESTACAO_0 1 - 1-12.pdf
Anexo - Petição:	2760292_CONTESTACAO_A nexo_02-1 - 1-10.pdf
Anexo - Petição:	2760292_CONTESTACAO_A nexo_02-1 - 11-18.pdf
Anexo - Petição:	2760292_CONTESTACAO_A nexo_02-1 - 19-24.pdf
Anexo - Petição:	2760292_CONTESTACAO_A nexo_02-2 - 1-9.pdf
Anexo - Petição:	2760292_CONTESTACAO_A nexo_02-2 - 10-18.pdf
Anexo - Petição:	2760292_CONTESTACAO_A nexo_02-2 - 19-23.pdf
Anexo - Petição:	KIT_SEGURADORA_LIDER - 1-9.pdf
Anexo - Petição:	KIT_SEGURADORA_LIDER - 10-18.pdf
Anexo - Petição:	KIT_SEGURADORA_LIDER - 19-20.pdf

Nota: Alguns dos documentos peticionados foram segmentados para manter o padrão de tamanho definido pelo Tribunal.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

Processo: 07105816520198010001

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.”

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO VITOR BENTES DA SILVA** representado por **FRANCIANE NOGUEIRA MONTEIRO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **29/03/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **29/11/2018**.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de ^{fls. 61}mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 29/11/2018 após 8 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 29/03/2018, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossigue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate. fls. 62

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art. 7º, §1º da Lei 6.194/74^x, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Trazemos a colação o entendimento da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento da apelação cível Nº 1.658.910-1, no qual a Câmara entendeu concordou com o i. Relator o qual ressaltou a importância dos princípios de celeridade e economia processual, no sentido de que não faz sentido a Lei prever o direito de regresso à Seguradora quando a ocorrência de proprietário inadimplente e condena-la a realizar o pagamento do seguro, vejamos trecho do julgado:

“Tal entendimento também já tinha sido exposto, mesmo que indiretamente, na Lei 8.441/92, que alterou a Lei 6.194/74, passando a prever o direito de regresso da seguradora em face do proprietário inadimplente em seu art. 7º, §1º, [...]”

Ora, se a seguradora possui direito de regresso dos valores despendidos com a vítima em face do proprietário inadimplente, por decorrência lógica, quando o proprietário inadimplente também figurar como vítima, não há o que se falar em indenização, **caso contrário este seria credor e devedor da mesma obrigação, configurando o instituto da confusão, devendo a obrigação ser extinta, nos termos do art. 381, CC.**

Também **não há como defender a tese de que a indenização é devida pois caput do artigo obriga o pagamento, enquanto seu parágrafo primeiro faculta o direito de regresso, haja vista os princípios de celeridade e economia processual, que visam a obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais, não sendo razoável condenar alguém em face de outra pessoa, a qual detenha o direito de regresso.**

[...]

Diante do exposto, dou provimento ao apelo, para reformar a sentença e julgar improcedente a lide, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa.

ACORDAM os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.

Nesta esteira trazemos os seguintes arrestos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO – VÍTIMA QUE É A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO – INADIMPLÊNCIA VERIFICADA – INDENIZAÇÃO INDEVIDA – INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 257 DO STJ EM CONFORMIDADE COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES ACERCA DA MATÉRIA – EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro obrigatório DPVAT. Dever de indenizar. Vítima proprietária do veículo. Inadimplência do prêmio do seguro obrigatório à época do sinistro. Indenização indevida. Inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. Instituto da confusão configurado. Inteligência do art. 381 do Código Civil. Extinção da obrigação. Ônus de sucumbência. Readequação. Recurso provido.

1. Art. 17. §2º Resolução SUSEP 332/2015: “Se o proprietário do veículo causador do sinistro não estiver com o prêmio do Seguro DPVAT pago no próprio exercício civil, e a ocorrência do sinistro for posterior ao vencimento do Seguro DPVAT, não terá direito à indenização.”

2. Art. 381 do Código Civil: “Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

3. Com o provimento do recurso de apelação em relação ao mérito, deve ser readequado o ônus de sucumbência.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0004500-96.2017.8.16.0130 - Paranavaí - Rel.: Desembargador Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima - J. 08.11.2018)

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser^{fls. 65} observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷ art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **DR. DIEGO PAULI**, inscrito na **OAB/AC 3988**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 22 de outubro de 2020.

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC

QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-pentoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **DIEGO PAULI**, inscrito na OAB/AC sob o nº 4550, bem como, **LEILANE CLÉA CAMPOS DO NASCIMENTO ERICSON** inscrita sob nº 4139/AC, **CINTIA VIANA CALAZANS SALIM** inscrita sob nº 3554/AC, **GIOVAL LUIZ DE FARIAS JÚNIOR**, inscrito sob o nº OAB/AC 4608 e **MAYRA KELLY NAVARRO VILLASANTE** inscrita sob nº 3996/AC, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOAO VITOR BENTES DA SILVA**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **RIO BRANCO**, nos autos do Processo nº 07105816520198010001.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AC 3988

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTOS(as) **Rafael Silva Nunes**, inscrita CPF sob nº 980.785.722-49, **Dauana de Freitas**, inscrita no CPF sob nº 555.216.222-65, **Thiago Maia Viana**, inscrito no CPF sob nº 015.840.422-41, **Gioval Luiz de Farias Júnior**, inscrito no CPF sob nº 947.976.092-49, **Tainan da Silva Mendes**, inscrita no CPF sob nº 017.895.762-37 e **Evandro Damaceno Stolaric**, inscrito no CPF sob nº 713.190.342-68, podendo os mesmos responderem nesta qualidade a todos os termos do Processo n. **07105816520198010001**, que tramita **4ª** VARA CÍVEL da comarca de **RIO BRANCO/AC**.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2020.



Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.

As 20:34 paciente admitida no bloco 567 procedente de uma pública em
devido pelo sono em movimento passivo rígido e colorido amarelado e de
M.E. partindo AUP em M.E. + ematoma compressivo no joelho, braço, omento
de apreensão, normocorada, ritmo de voltagem muito e comum. Refere dor no joelho
E! Medicando o PM e encaminhado para exames radiográficos SSUV: PA 429
O2 mmHg, SpO2 100%, FC 62 bpm. De Enf. Reginau

Daniel Gustavo
Enfermeiro
COREN-AC 150416

29/03/18 - Ortopedia (Data 05/19/00)

Ruptura exposta de Tendão quadríceps (E).

1) Dieta Zero.

2) Sol Frio 9% 50ml EV C/12 horas. 500

3) Dipirona 1gr EV C/6/6 horas.

4) Ulatimol 1gr EV C/6/6 horas.

5) Tramal 100mg } EV C/8/8 horas. 2/2

Ploxil 10mg

Sol Frio 9% 100ml

6) S. A. T. 0,5 ml (IM) 2/2

7) Manter na OGA, do Tronco
até nuca rola na Centro
Cirurgia.

SAME / HUERB

CÓPIA

CONFORTE ORIGINAL

As 22h. Admitida uma Obeseção do Tronco, sendo
obeseção, comunicativa, com marca. Apresentando Gula mas
e C. para procedimentos cirúrgicos/ortopédicos.

Carlos Roberto de Almeida e Silva
Enfermeiro
COREN-AC 393.715

As 23:40. Encaminhada para Centro Cirúrgico, Queixo, Obeseção

Permanecendo Carlos Roberto de Almeida e Silva
Enfermeiro
COREN-AC 393.715

23:45. Paciente admitida no CC P/ pro
cedimento ortopédico. Enf. Joaze Maria da Silva Verçosa
Enfermeiro
COREN-AC 339.922

245543109

e.e.R

HOSPITAL DE URGENCIAS E EMERGENCIAS DE RIO BRANCO

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo...: 17874
 Número do CNS...: 204370102300006
 Nome...: JOAO VITOR BENTES DA SILVA
 Documento...: CN.4689 Tipo :
 Data de Nascimento: 12/01/1998 Idade: 20 anos
 Sexo...: FEMININO
 Responsavel...: JOAO RIBEIRO DA SILVA
 Nome da Mae...: MARIA DAS GRACAS BENTES DE SOU
 Endereco...: RUA BENJAMIN BAIRRO VITORIA 00367
 Bairro...: CENTRO Cep.: 99999-999
 Telefone...: 000000009921661
 Municipio...: 1200401 - - AC
 Nacionalidade...: BRASILEIRO
 Naturalidade...: ACRE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 2539361
 Clinica...: 008 - CLIN.MED.CIRURGICA BL "B"
 Leito...: 999.0044
 Data da Internacao: 29/03/2018
 Hora da Internacao: 20:20
 Medico Solicitante: 990.452.492-00 - FELIPE HENRIQUE DE MEDEIROS DUTRA
 Proced. Solicitado: 04.08.04.030-0
 Diagnostico...: S52.1
 Identif. Operador.: ROSY

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
 Dt.Hr Saida:
 Especialidade:
 Tipo de Saida:
 CID Principal:
 CID Secundario:
 Principal:
 Secundario:
 Outro:

121810024303-0

SAME / HUEB
 CÓPIA
 CONFORME ORIGINAL

Procedimento Autorizado

1 -

2 -

3 -

4 -

5 -

DIAS DE U.T.I. Autorizados

Mês Inic. ()	Mês Ant. ()	Mês Alta. ()	Total ()
------------------	-----------------	------------------	--------------

Acomp. Dias	(15)	(09)
-------------	------	------

Serviços Profissionais

01 Tipo	CNPJ	Auto Profis.	Tipo Ato	Q. T. Ato	NT. Fiscal
02	980016288008613	0408040262		01	225270
03	201700585430009			01	225101
04	980016288008613	0801010170		03	225270
05	170526596870009	0401010015		05	283605
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

SAME / HUERB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

Proced. Realizado

0408040262

AIH Posterior

AIH Anterior

Houve Infec. Hospitalar

Esp.

01

Data de Saída

12.04.2018

Diag. Princ.

5331

Diag. Secund.

✓ 2341

Mot. Cobrança

42

Nº de Nascidos

Vivos

Mortos

Nº de Saídas

Altas

Transf.

Óbitos



SAME / HUEPB

CÓPIA

FORME ORIGINAL



Novo Acre

Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE

UNIDADE: MUB

NOME: DR VITEL RAYES DA SILVA IDADE: 20 B.E.: 20 LEITO: 24

DATA	EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
30/04/2018	<u>LESIONA EXPOSTA</u>	<u>(1) DIETA COM LULA</u>		<u>01.10 - Dieta indicada</u>
(00:45)	<u>QUADRICIPAL (E)</u>	<u>(2) STAF. GR. SCOL. 8/6/4 S&O</u>		<u>eventos, impulsionar</u>
		<u>(3) CEFOTRIVOL 1G (10) 6/6/4</u>	<u>17h</u>	<u>enfermagem a</u>
		<u>(4) CEFOTRIVOL 240MG + 250ML S&O</u>		<u>02.10 - Dieta - dieta</u>
	<u>PER VITINA 22</u>	<u>(10) 1x12h</u>		<u>dieta - dieta - dieta</u>
<u>LEONA</u>	<u>TRAMA ALPUBUCLIPLO</u>	<u>(5) DIETOLA 16 (10) 6/6/4</u>	<u>16:22</u>	<u>03.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
<u>LEONA</u>		<u>(6) PLOL NONG (10) 2/3/4 S&O</u>		<u>04.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
	<u>DEBENT / OXETOP KARDI</u>	<u>(7) DEBENT 200 (10) 1/1/4</u>	<u>10:24</u>	<u>05.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
	<u>ROA PERFUSE 21/17</u>	<u>(8) CEFOTRIVOL 240MG (10) 6/6/4</u>	<u>16</u>	<u>06.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
	<u>SHUMAS DE SUD. CEFOTRIVOL</u>	<u>(9) CEFOTRIVOL 240MG (10) 6/6/4</u>	<u>10</u>	<u>07.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
	<u>TRINEMAR, NEMOON</u>	<u>(10) OBSERVAR DEBUT 1/1/4</u>		<u>08.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
	<u>MONOTER, SUSPENSÃO</u>	<u>(11) SUSPENSÃO</u>		<u>09.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
	<u>LEONA SUTA</u>			<u>10.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
	<u>POT UMBRO GEMELIA 0/1/1/1</u>			<u>11.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
	<u>E LUMINO ENMUL 0/1/1/1</u>			<u>12.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
	<u>CLIMA GEMELIA</u>			<u>13.10 - Dieta - dieta - dieta</u>
	<u>(14) PO ANA ENMUL</u>			<u>14.10 - Dieta - dieta - dieta</u>

Aluna: *Aluna*
Téc. de Enfermagem
COREN/AC - 524

*Unidade de Serviço de
Atendimento ao Paciente*

SAME / HUEB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI 29/03/2018 DESINER?O TRAUMÁTICA DO TEND?O PATELAR ESQUERDA CD: LC - RAFIA E CURATIVO BEG, COM DOR LEVE, PERFUS?O E NEURO PRESERVADO, AGUARDANDO PROCEDIMENTO DE RAFIA DO TEND?O AGUARDA AGENDAMENTO COM DR ANTONIO	1. DIETA VO LIVRE 2. DIFIRONA UMA AMP EV 8/8H 10 16 20 24 3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12H 20 4. PLASIL UMA AMP EV 20 5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA 20 6. CUIDADO GERAIS = CURATIVO UMA VEZ AO DIA 20 24 7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8/8 H D8 12 20 24 8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA D8 16 9. CEFAZOLINA 1G EV 8/8H D8 12 20 24	17:00h / 18:00h enfermeiro 18:00h enfermeiro, ver 19:00h enfermeiro - Sem 20:00h enfermeiro 21:00h enfermeiro 22:00h enfermeiro 23:00h enfermeiro 24:00h enfermeiro 25:00h enfermeiro 26:00h enfermeiro 27:00h enfermeiro 28:00h enfermeiro 29:00h enfermeiro 30:00h enfermeiro 31:00h enfermeiro 32:00h enfermeiro 33:00h enfermeiro 34:00h enfermeiro 35:00h enfermeiro 36:00h enfermeiro 37:00h enfermeiro 38:00h enfermeiro 39:00h enfermeiro 40:00h enfermeiro 41:00h enfermeiro 42:00h enfermeiro 43:00h enfermeiro 44:00h enfermeiro 45:00h enfermeiro 46:00h enfermeiro 47:00h enfermeiro 48:00h enfermeiro 49:00h enfermeiro 50:00h enfermeiro 51:00h enfermeiro 52:00h enfermeiro 53:00h enfermeiro 54:00h enfermeiro 55:00h enfermeiro 56:00h enfermeiro 57:00h enfermeiro 58:00h enfermeiro 59:00h enfermeiro 60:00h enfermeiro	17:00h / 18:00h enfermeiro 18:00h enfermeiro, ver 19:00h enfermeiro - Sem 20:00h enfermeiro 21:00h enfermeiro 22:00h enfermeiro 23:00h enfermeiro 24:00h enfermeiro 25:00h enfermeiro 26:00h enfermeiro 27:00h enfermeiro 28:00h enfermeiro 29:00h enfermeiro 30:00h enfermeiro 31:00h enfermeiro 32:00h enfermeiro 33:00h enfermeiro 34:00h enfermeiro 35:00h enfermeiro 36:00h enfermeiro 37:00h enfermeiro 38:00h enfermeiro 39:00h enfermeiro 40:00h enfermeiro 41:00h enfermeiro 42:00h enfermeiro 43:00h enfermeiro 44:00h enfermeiro 45:00h enfermeiro 46:00h enfermeiro 47:00h enfermeiro 48:00h enfermeiro 49:00h enfermeiro 50:00h enfermeiro 51:00h enfermeiro 52:00h enfermeiro 53:00h enfermeiro 54:00h enfermeiro 55:00h enfermeiro 56:00h enfermeiro 57:00h enfermeiro 58:00h enfermeiro 59:00h enfermeiro 60:00h enfermeiro

SAANE / HUERB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

Geometria F. de Oliveira
Técnica Enfermagem
CPRENUAC 304.051.055

SAME / HUEB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

07/10/2021 18:08:44
Carice S. Cardoso
Sec. Enfoque
CDSN-38878776C



Governo do Estado do Acre

Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE

Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco - HUEB

SAME / HUEB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

CENTRO CIRÚRGICO

HORA DE CHEGADA 23:30 SALA 01 DATA 29/03/2018NOME DO PACIENTE João Vitor Beantes da Silva ID 20

PROCEDÊNCIA: EMERGÊNCIA (X) AMBULATORIO () OUTROS ()

ANESTESIA: GERAL () RAQUEANESTESIA (X) LOCAL () OUTROS ()

INÍCIO DA ANESTESIA 23:45 TÉRMINO DA ANESTESIA _____

PROCEDIMENTO REALIZADO _____

INÍCIO DA CIRÚRGIA 23:50 TÉRMINO DA CIRÚRGIA 00:30CIRURGIÃO Dr. J. M. S. S. S. AUXILIAR(ES) _____ANESTESISTA Dr. R. M. V. INSTRUMENTADOR ElizavCIRCULANTE Fátima Afonso + Tamiere ENF Jeane

MEDICAÇÕES E MATERIAIS UTILIZADOS

MEDICAMENTO	MATERIAL	MATERIAL
BUPIVACAÍNA PESADA 0,5% 1	AGULHA DESC Nº <u>40 x 12</u> - 1	FIO VICRYL
BUPIVACAÍNA S/ VASO	ÁLCOOL 70% <u>100 ml</u>	FIO ALGODÃO
BUPIVACAÍNA C/ VASO	ALGODÃO ORTOPÉDICO	FIO PROLENE
COLAGENASE	AGULHA P/ RAQUE 1	FORMOL
COLAGENASE POMADA	AGULHA PERIDURAL	FURADEIRA
DORMINID	ASPIRADOR	GAZES <u>150unid</u>
DIPIRONA	ATADURA GESSADA	GELFOAM
DIAZEPAN	ATADURA DE CREPON <u>35</u> - 1	GORRO <u>1111</u>
DILUENTE 11	ABOCATH Nº	INTRACATH Nº
DOPAMINA	BISTURI ELÉTRICO	KIT DRENO DE TÓRAX Nº
EPINEFRINA	BOLSA COLETORA DE URINA	LUVA CIRÚRGICA 7,0 11
FLUTANIL	BOLSA P/ COLOSTOMIA	LUVA CIRÚRGICA 7,5 11
FUROSEMIDA	BORRACHA P/ ASPIRAÇÃO	LUVA CIRÚRGICA 8,0
HIDROCORTIZONA	COLETOR UNIVERSAL	LUVA CIRÚRGICA 8,5 11
KEFLIN <u>1g</u> - 11	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS 1	LUVA P/ PROCEDIMENTO <u>1111</u>
KETALAR <u>1g</u> - 11	CERA ÓSSEA	LÂMINA DE BISTURI <u>22</u> - 11
LIDOCAÍNA	CHUMAÇO	MALHA TUBULAR
LIDOCAÍNA GEL	C TRAQUEOSTOMIA Nº	MÁSCARA <u>11111</u>
MANITOL	C ENDOTRAQUEAL Nº	MULTIVIA
METRONIDAZOL	COMPRESSA CIRÚRGICA <u>10</u> -	PANO P/ PACOTE (ÓBITO)
MORFINA 1	DRENO DE PENROSE Nº	POVIDINE DEGERMANTE <u>150ml</u>
PAVULON	ELETRODOS <u>11</u>	POVIDINE TINTURA <u>150ml</u>
PROPOFOL	EQUIPO P/ SORO	POVIDINE TÓPICO
PLASIL	ESCOVA P/ DEGERMAÇÃO <u>11</u>	PROPE <u>111111</u>
PROSTIGMINE	ESPARADRAPO	SCALP Nº
SUFADIAZINA DE P.	ESPARADRAPO MICROPORON <u>11</u>	SWAB
SORO FISIOLÓGICO 0,9% 11	FAIXA DE SMARCH	SERINGA DE 1 ML
SORO GLICOSADO 5%	FIXADOR EXTERNO	SERINGA DE 3 ML
SORO RINGER LACTATO 1	FRALDA 1	SERINGA DE 5ML
TIOPENTAL	FILTRO BACTERIOLÓGICO	SERINGA DE 10 ML 1
TRAMAL	FITA CARDÍACA	SERINGA DE 20 ML
TILATIL	FIO DE KIRSCHNER	SONDA NASOGÁSTRICA
VOLUVEN 6%	FIO MONONYLON <u>2-0</u> 111	SONDA P/ ASPIRAÇÃO
<u>S. Flauvan</u> <u>15</u> <u>15</u> <u>15</u>	FIO SUTUPACK	SONDA RETAL
	FIO CATGUT C	SONDA URETRAL
	FIO CATGUT S	SONDA DE FOLEY
		TELA DE MALEX

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO ACRE Departamento de Assistência Médico Hospitalar Unidade: <u>MURB</u>		RELATORIO DE CIRURGIA	
NOME DO PACIENTE: <u>JOÃO VIM BEVET DA SILVA</u>			
IDADE: <u>20</u>		OBSERVAÇÃO:	
DIAGNÓSTICO: <u>RUPURA EXPLOSA QUADRILCEJA (E) (DEGISEL & S)</u> <u>(FEMOR MUITO SUTA)</u>			
CIRURGIA PROPOSTA: <u>POI LIMPEZA CIRCUNJACIA (+) MATA (-) CIRCUNJACIA</u> <u>ESTERIL E PAU, IMPLANTAÇÃO DA BERSA DA</u>			
DIAGNÓST-CODEFINITIVO: <u>O MURB</u>			
CIRURGIA REALIZADA: <u>A URSUA</u>			DATA: <u>30/03/18</u>
CIRURGIÃO: <u>ISSASSE EULER</u>		1º AUXILIAR:	
2º AUXILIAR		INSTRUMENTADOR (A)	
ANESTESISTA: <u>DR MOREY</u>		ANESTESIA: <u>RAQUIDURAL</u>	
ACIDENTE DURANTE O ATO CIRÚRGICO		☐ SIM ☒ NÃO	
DESCRIÇÃO:			
BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO		☐ SIM ☒ NÃO	
DIAGNÓSTICO PATOLÓGICO:			
ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE IMEDIATAMENTE APÓS O ATO CIRÚRGICO			
☒ ENFERMARIA ☐ CT ☐ RESIDÊNCIA ☐ ÓBITO			
DESCRIÇÃO CIRÚRGICA			
<u>(1) PITE EM ORA SOB MOLHAMENTO</u> <u>(2) ASERESIA (+) ANESTESIA (+) CIRCUNJACIA DE CIRCUNJACIA</u>			

SAME / HUERP
 CÓPIA
 CONFONDAE ORIGINAL

3) EVOLUÇÃO DA FÉRMULA SEJA OBSERVADA DESDE O INÍCIO DO SUPRÊMO DO POLO PROPRIETÁRIO DA PATENTE (E) E GRAU DE QUANTIDADE DE ACESSOS AO APLICATIVO, ANEXO E TEMA.

- 4) LITIGÂNCIA EM DISCUSSÃO DA FÉRMULA C/ SÓCIO X. EM ABUNDÂNCIA
- 5) MEMÓRIAS ABOLIDAS
- 6) ROTA C/ MÚLTIPLO 2-0 NA PERE
- 7) CUNHA C/ XENAL
- 8) IMPLICAÇÃO C/ MUA GESSADA
- 9) A EXPLICAÇÃO C/ AMBROSIANA E SEGUIMENTO.

DD: 44

SCOTA. FÉRMULA!

30/03/2018

SAME/HUERB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

Issaiz Lúder
CRM/AC 1344



Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE
Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco - HUERB

SAME / HUERB
CÓPIA



FICHA DE ANESTESIA

2018/03/29

Paciente: **João Victor Bentes da Silva** Idade: **20** Sexo: **M** Cor: Registro / BE:

☐ PSA ☐ PSI ☐ CCA ☐ CCB ☐ EMA ☐ CMB ☐ CC ☐ UTI

Peso: PA (mmHg): P (bpm): FR (rpm): Tax (°C): Sat O₂ (%): Grupo Sangu: Fator Rh:

Hb: Leuco: Glicose: Ureia: Creatinina: BT / BD / BI: TGO / TGP:

Lesão Pré-Operatória: **Feida exposta joelho esquerdo**

☐ Asma ☐ Bronquite ☐ MV: Complacência:

RCR: ECG: **RS** Alegrias: **não**

Preço: Peças Dent:

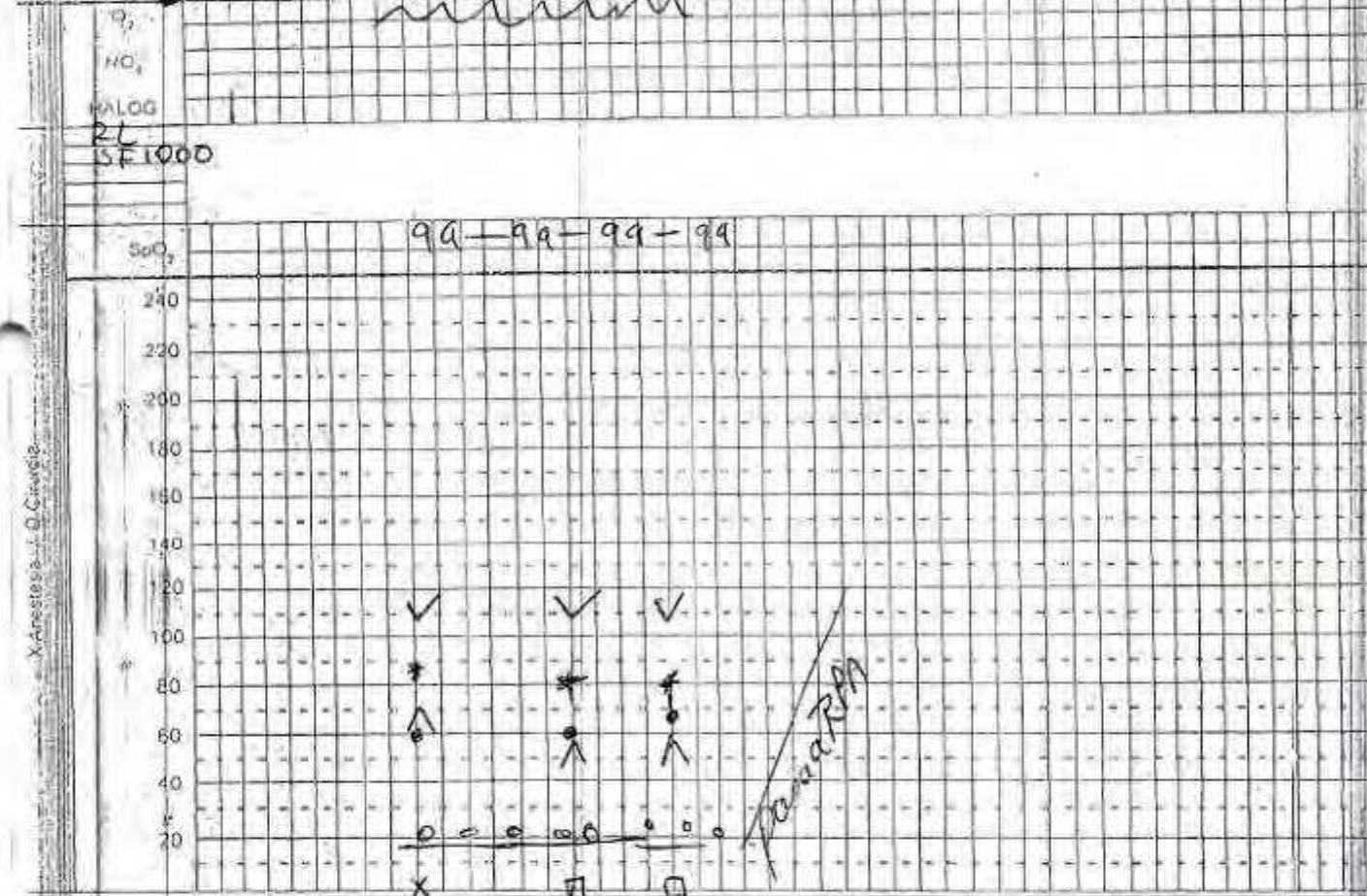
Diódes em Uso:

ASA: ☒ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ Risco:

Hora: Etido:

Capacidade Pré-anestésica: **Vão**

Al: **28** **0.0** **0.0**



DRUGAS ADMINISTRADAS

- Propofol 1% 20ml + 50mg morfina**
- Cefazolin 2g + 10mg Dexam + 10mg Metoclopramida + 50mg Paracetamol**
- Guafenesina 150mg EV**

Técnicas: **Paquíaurora**
Cirurgia limpa Cirurgia

Cirurgião/Anestesiologista: **Dr. ISSASSI**

QOS:

Monitorização: **PC/ECG/PA/SpO₂**
Ap. Resp.
MU(H)
Al. CV

D. Rony J. J. J.
CRM 2001

Anestesiologista: **ISSASSI**



Governo do Estado do Acre
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Unidade: _____

ANEXO I

Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: _____		2 - CNES: _____	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO ENCLUTANTE: HUERB		4 - CNES: 20001578	
Identificação do Paciente		5 - Nº DO PRONTUÁRIO: 17874	
6 - NOME DO PACIENTE: JOÃO VITOR BEUTER DA SILVA		7 - Nº DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS): 9043701023000006120198	
8 - DATA DE NASCIMENTO: 12/01/98		9 - SEXO: ☒ MASC ☐ FEM	
10 - RAÇA/COR: _____		11 - ETNIA: _____	
12 - NOME DA MÃE: Maria das Graças Beuter de Souza		13 - Nº DO TELEFONE DE CONTATO: 6699992161	
14 - NOME DO RESPONSÁVEL: João Ribeiro de Silva		15 - Nº DO TELEFONE DE CONTATO: _____	
16 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO): Rua Benjamin, Bairro Vitória		17 - CEP: 367	
18 - CIDADE: São Francisco		19 - UF: AC	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS: RUPTURA EXTERNA DO QUADRIL C/ TRAUMA POR QUADRICÍSTICO			
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO: SUPRACITADO			
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS): ANAMNÉSICO (+) EXAME FÍSICO (+) RADIOLÓGICO			
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL: LESÃO TRAUMÁTICA QUADRIL C/		24 - CID 10 PRINCIPAL: S.33A	
25 - CID 10 SECUNDÁRIO: V.23A		26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS: _____	
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO: _____		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: 04108040202	
29 - CLÍNICA: _____		30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO: _____	
31 - DOCUMENTO: 1 (CNS) 1 (CPF)		32 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE: 041460838914	
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE: Isaías E. Euller		34 - DATA DA SOLICITAÇÃO: 30/03/18	
35 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO: Isaías E. Euller		36 - Nº DO REGISTRO DO CONSELHO: 1343	
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
37 - CNPJ DA SEGURADORA: _____		38 - Nº DO BULETINHO: _____	
39 - CNPJ EMPRESA: _____		40 - CNPJ EMPRESA: _____	
41 - CNPJ EMPRESA: _____		42 - CNPJ EMPRESA: _____	
43 - CNPJ EMPRESA: _____		44 - CNPJ EMPRESA: _____	
45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA: ☐ EMPREGADO ☐ EMPREGADOR ☐ AUTÔNOMO ☐ DESEMPREGADO ☐ APOSENTADO ☐ NÃO SEGURADO			
AUTORIZAÇÃO			
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR: _____		47 - COD. ÓRGÃO EMISSOR: _____	
48 - DOCUMENTO: 1 (CNS) 1 (CPF)		49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR: 1703462088550001	
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO: _____		51 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO: CPF: 73.573.577-55	
52 - REVISOR DE PRONTUÁRIO: _____		53 - REVISOR DE PRONTUÁRIO: _____	

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI 25/03/2018 RUPTURA EXPOSTA DE QUADRÍCPS ESQUERDO (DESINSER??O) CD, LC + RAFA E CURATIVO BEG. COM DOR LEVE A MODERADA, PERFUO E MEIRO PRESERVADO, FO COM DISCRETA SECRE??O SEROSANGUINOLENTA	1. DIETA VO LIVRE 2. DIPIRONA UMA AMP EV 6/6H 3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12H EN 4. PLASIL UMA AMP EV 6H 5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA 6. CUIDADO GERAIS = CURATIVO UMA VEZ AO DIA 7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8/8 H D2 8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA 9. CEFAZOLINA 1G EV 8/8H D2 <i>10/16/2018</i> <i>12/20/18</i> <i>12/20/18</i>		Das 700hs as 18h ao cliente comente co comunicativo e emisso afecid no vocarizos! deambulou orientado p/ banheiro no leito. urinativo apresentou bom aspecto, parou quant. de secreçõe burguerion eluto do 5501 94... refere dor moderado foi med. com pax diuere, presente acietes dieta oferecida Te Velwa cl 631930 21/03/18 cl 51.001 Pag. Inf. Praca cl 21/03/18 cl 51.001 Inf. Praca cl 21/03/18 cl 51.001 Inf. Praca cl 21/03/18 cl 51.001 Inf. Praca cl 21/03/18 cl 51.001

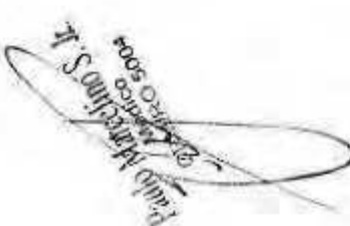
EVLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
Dt 26/03/2018 RUPTURA EXPOSTA DE QUADRÍCIPS ESQUERDO (DESINSER770) CD LG - RÁPIDO E CURATIVO. BEG COM DOR LEVE PERFUZO E NEURO PRESERVADO FO COM DISCRETA SEGRE770 SERO SANGÜINOLENTA.	1. DIETA VO LIVRE. 2. DIPIRONA UMA AMP EV 8/8H 3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12 H SN 4. PLASIL UMA AMP EV SN 5. OMEPRAZOL UNA EV UMA AO DIA (CH) 6. CUIDADIO GERAIS = CURATIVO UMA VEZ AO DIA 7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8/8 H D3 8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA D3 9. CEFAZOLUNA 1G EV 8/8H D3 R. 20. 22. 24	R. 20. 22. 24 R. 20. 22. 24 R. 20. 22. 24	F.OOBAS PAC infundido afobasil sus para faramac bairre cada trianpa de 16.00hs por mnt co aphbasil sus e uvo em angel a intas p gule cido FARMACIA S. CARLOS COEN: [assinatura] Técno Chante do Índice apelaus Novamente o paciente. de Sang

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI 23/03/2018 RUPTURA EXPOSTA DE QUADRÍCIPS ESQUERDO (DESINSER?O) CD 1C - RAFIA E CURATIVO. BEG. COM DOR LEVE. PERFUSÃO E NEURO PRESERVADO. AGUARDANDO PROCEDIMENTO DE RAFIA DO TENDÃO.	1. DIETA VO LIVRE 2. DIPIRONA UMA AMP EV 6/6H 3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12HSN 4. PLASIL UMA AMP EV SN 5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA 6. CUIDADO GERAIS = CURATIVO UMA VEZ AO DIA 7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8/8 H DS 8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA. DS 9. CEFAZOLINA 1G EV 8/8H DS Tatiana Martins S.J. Enfermeira CRF 10.504		das 10 as 17:00 h paciente estável com PA 100x80mmHg com diurese abundante funções fisiológicas paciente tomou banho cabeça solta de como a medicação e.p.m.-Cur e osen 683312 AC As 04hs Paciente se que voluntária em bed insuspetar, apaisado, suco e normal vigas, acur dueto fúncies fisiologi- cas, medicado e p- cos, sem queixas no m, sem queixa no Dentista (Dr. Yim M. M.) Téc. de Enfermagem COREN/AC 118

168

JOÃO VITOR BERTES DA SILVA

UNIB - CLINICA MEDICA MINUSCULA - B

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORARIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI 29/03/2018 RUPTURA EXPOSTA DE QUADRÍCIPES ESQUERDO (DESINSER??O) CO-IC - RAFIA E CURATIVO BEG. COM DOR LEVE. PERFUSÃO E NEURO PRESERVADO, AGUARDANDO PROCEDIMENTO DE RAFIA DO TENDÃO	1. DIETA VO LIVRE. 2. DIFIRONA UMA AMP EV 6/6H 30 16/12/2018 3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12H SA- 4. PLASIL UMA AMP EV SA- 5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA 05 6. CUIDADO GERAIS = CURATIVO UMA VEZ AO DIA 10 7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8/8 H D6 12/20/2018 8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA D6 12/20/2018 9. CEFAZOLINA 1G EV 8/8H D6 12/20/2018  Paulo Henrique S. Jr. 29/03/2018		- 07:00 - PAC. com devido 1075, sup afinal nome ativo, sugere zando nome. com dei, houve co am: 1280. 500- 1280 1041 1280 TASTA MENTE MENT CHU 1280 1280 HIE O MENTENTE 1280 MANTENHA MENTENTE MANTENHA 1280 1280

CONFORME ORIGINAL
CÓPIA
SAME / HUERB



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DO ACRE - SESACRE

digitado e impresso em: 04/04/2018 às 12:30:34



HUERB
Assessoria de Comunicação Social
Fone: (16) 3333-1111

REGISTRO PACIENTE

JOAO VITOR BENTES DA SILVA

IDADE

20

CLINICA

CMCB - CLINICA MEDICA CIRURGICA - B

LEITO

168

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
D1 29/03/2018 RUPTURA EXPOSTA DE QUADRILHOS ESQUERDO (DESINSERIDO) CD- LC + RAFIA E CURATIVO BEG, COM DOR LEVE, PERFUSO E NEURO PRESERVADO, AGUARDANDO PROCEDIMENTO DE RAFIA DO TENDÃO. AGUARDA AGENDAMENTO	1. DIETA VO LIVRE 2. DIFERONIA UMA AMP EV 6/6H 3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12H S/L 4. PLASIL UMA AMP EV S/L 5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA 6. CUIDADO GERAIS = CURATIVO UMA VEZ AO DIA 7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8/8 H D6 8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA, D6 9. CEFAZOLINA 1G EV 8/8H D6 MARCILIO S.F. Médico 5004		8h Paciente to- o- m- Bom no leito e tro- cando ventes e len- çóis do bo-iente Te- detete 16h Paciente não refe- re queixas. orientado co- m- curativo Di- nese- presente, Aceito- Dia- + procedi- mentos de B- g- n- g- l- PA 130x70 m- n- a- Te- c- o- dete- + Cl. D. 13.35h, ent- g- B- n- de G- m- m- u- b- e- n- t- e- m- t- e- o- l- e- m- g- m- m- m- Te- c- E- m- p- l- e- d- a- r- B- F- 20/4/15-

SAME / HUEB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

CONFORME ORIGINAL
CÓPIA
SAME / HUEB

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORARIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI 23/03/2018 DESINSER770 TRAUMATICA DO TEND70 PATELAR ESQUERDA CD: LC - RAFIA E CURATIVO. BEG. COM DOR LEVE PERFUS70 E NEURO PRESERVADO. AGUARDANDO PROCEDIMENTO DE RAFIA DO TEND70. AGUARDA AGENDAMENTO COM DR ANTONIO	1. DIETA VO LIVRE. 2. DIPIRONA UMA AMP EV 6/6H 3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12H SN 4. PLASIL UMA AMP EV 5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA 6. CUIDADO GERAIS - CURATIVO UMA VEZ AO DIA 7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8/8 H D9 8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA D9 9. CEFAZOLINA 1G EV 8/8H D9 <i>10/16 22 04</i> <i>12-20 04</i> <i>12-22 04</i> <i>Paulo Henrique S. P. Medico</i> <i>CR11460</i>		Pac tomou banho de aspersão com auxílio + troca de roupa de cama 16:00hs, pac não refere queixas no período, aceita dieta oferecida fezes fisiológicas com mais Te Marida <i>5-11-2018</i> <i>marido chegou, não mais com dor</i> <i>paciente em melhor estado</i> <i>dieta presente</i> <i>10-11-2018</i>

SAME / HUEB

CÓPIA

CONFORME ORIGINAL

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI 25/03/2018 DESINSETO TRATAMENTO DO TENDÃO PATELAR ESQUERDA CD LC - RÁFIA E CURATIVO BEG, COM DOR LÉVE, PERFUSÃO E NEURO PRESERVADO, AGUARDANDO PROCEDIMENTO DE RÁFIA DO TENDÃO. AGUARDA AGENDAMENTO COM DR. ANTONIO 08.04.18 Do Serviço Social Consultoria de Atendimento Capelinha da Odeiza S. da Silva Assistente Social CRESS - 0208/IAC Odeiza S. Silva	1. DIETA VOLUNTÁRIA 2. DIFERONAL UMA AMP EV 65H 3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12H (SN) 4. PLASIL UMA AMP EV (SN) 5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA 6. CUIDADO GERALIS - CURATIVO UMA VEZ AO DIA 7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8/8 H D10 8. GENTAMICINA 240MG + SF 0,9% EV UMA VEZ AO DIA D10 9. CEFZOLINA 1G EV 8/8 H D10 10. 12/12/04 11. 12/12/04 12. 12/12/04		7:00 hs Pac. insubmisso COCHILIZANDO Uma Lançadeira no tocacolo da espa de cama + Ultrassom 509.1 - al. 100% 18:00 Paciente paciente expulso sem queixo, trax do AVP, mais no mto um após alguns minutos retornou. Te fone 635218 - 15.01.04 HS PPK RAC TATIANA COSTA M. DE SA Lg. 12/12/04 mm 705607

SAME / HUEB

CÓPIA

CONFORME ORIGINAL

Italo Maia Vieira
Médico
CRM/AC 1500



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ACRE - SESACRE

digitado e impresso em: 09/04/2018 às 15:10:34



HUERB
Hospital

REGISTRO

PACIENTE

JOAO VITOR BENTES DA SILVA

IDADE

20

CLÍNICA

CMCB - CLINICA MEDICA CIRURGICA - B

LEITO

168

EVOLUÇÃO	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI 29/03/2018 DESINSER770 TRAUMATICA DO TEND70 PATELAR ESQUERDA CD: LC + RAFIA E CURATIVO. BEG, COM DOR LEVE. PERFUS70 E NEURO PRESERVADO, AGUARDANDO PROCEDIMENTO DE RAFIA DO TEND70. AGUARDA AGENDAMENTO COM DR ANTONIO	1. DIETA VO LIVRE. 2. DIIPIRONA UMA AMP EV 68H 36 36 3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12H SN 4. PLASIL UMA AMP EV SN 5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA 6. CUIDADO GERAIS = CURATIVO UMA VEZ AO DIA 7. METRONODAZOL 500 MG EV 8/8 H D11 36 36 8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA D11 36 36 9. CEFZAZOLINA 1G EV 8/8H D11 36 36 Dr. Marcelo S. Jr. Médico CRM 5004		DA 3.0800HS AS 1400HS Pac. loté TOPPOU BAIHO DE ASPIRINA TUCADO LENOL DE CAMA + CUSTO FEITO MEDICINAS EVU7. + CURATIVO. SE ALIMENTAR 705604 S. Col. Chante suppurado afeloid, acuturacido S. Col. queixoso no luto ingesto, duresse que beute. e: Rotundem

SAME / HUERB

CÓPIA

CONFORME ORIGINAL

EVOLUÇÃO		PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI 29/03/2018		168		
DESINSER770	TRAUMÁTICA DO	1. DIETA VO LIVRE.		Nas 08hs os 16hs por. encontro, no leito. como supressão e febre, tomou banho de esponja com auxílio do acompanhante. Tare de febre + pontos. Análise, realizado cura. Tare, para monitorar. As 06hs - paciente em ambiente, supressão, responsável, segue a queixas no ponto do. Tare.
TEND70	PATELAR ESQUERDA	2. DIPIRONA UMA AMP EV 65H	16 26 24	
		3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12H S/N		
CD: LC + RAFIA E CURATIVO.		4. PLASIL UMA AMP EV S/N		
BEG. COM DOR LEVE PERFUSO E		5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA 06	26 24	
NEURO PRESERVADO, AGUARDANDO		6. CUIDADO GERAIS = CURATIVO UMA VEZ AO DIA 16	26 24	
PROCEDIMENTO DE RAFIA DO		7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8/8 H D12	16 26 24	
TEND70.		8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA D12	16 26 24	
AGUARDA AGENDAMENTO COM DR		9. CEFAZOLINA 1G EV 8/8H D12	16 26 24	
ANTONIO		Paulo Marcelino S. Jr. Médico CRM 5004		

SAME / HUERB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ACRE - SESACRE

digitado e impresso em: 12/04/2018 às 12:09:49

REGISTRO

PACIENTE

JOAO VITOR BENTES DA SILVA

IDADE

20

CLÍNICA

CMCB - CLINICA MEDICA CIRURGICA - B

LEITO

188

HUERB

EVOLUÇÃO

PRESCRIÇÃO

HORÁRIO

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

DI 29/03/2018

DESINSERÇÃO TRAUMÁTICA DO TENDÃO PATELAR ESQUERDA

CD: LC - RAPIA E CURATIVO

BEG, COM DOR LEVE. PERFUSÃO E NEURO PRESERVADO, AGUARDANDO PROCEDIMENTO DE RAPIA DO TENDÃO.

AGENDADO PARA DIA 19/04/18

1. DIETA VO LIVRE.

2. DÍPIRONA UMA AMP EV 8H

3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12H SN

4. PLASIL UMA AMP EV SN

5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA

6. CUIDADO GERAIS = CURATIVO UMA VEZ AO DIA

7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8H D14

8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA D14

9. CEFAZOLINA 1G EV 8H D14

Paulo Marcelino S. Jr.
Médico
CRM 5004

ALTA

HOSPITALAR

8:00 - Cliente apela-
bril, expunções,
calor, com uni-
cativa, repouso
em leito, troca
de roupa pri-
vativa, feito cur-
tiss simples, seco
sem soro. feita
dieta. Sem queixa.

17:00 - Exame sem
intercorrência, dieta
dieta. Sem queixa.

Vina Brasília, do Nascimento
e Nascimento
e Nascimento

Às 16:05h - Paciente desatado
alta hospitalar, com orientações, recebi-
e expunções. At. Enf. Alessandra de
fa

Tatiane de Jesus Mendes
Enfermeira
COREN AC 302

CONFORME ORIGINAL
CÓPIA / HUERB
SAME / HUERB



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ACRE - SESACRE

digitado e impresso em: 11/04/2018 às 13:52:19



HUERB

Hospital de Referência

REGISTRO

PACIENTE

JOAO VITOR BENTES DA SILVA

IDADE

20

CLÍNICA

CMCB - CLINICA MEDICA CIRURGICA - B

LEITO

168

EVOLUÇÃO		PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
DI 29/03/2018		1. DIETA VO LIVRE. 2. DIPIRONA UMA AMP EV 66H 3. TRAMAL UMA AMP EV 12/12H SN 4. PLASIL UMA AMP EV SN 5. OMEPRAZOL UMA EV UMA AO DIA 6. CUIDADO GERAIS = CURATIVO UMA VEZ AO DIA 7. METRONIDAZOL 500 MG EV 8/8 H D13 8. GENTAMICINA 240MG + SF 0.9% EV UMA VEZ AO DIA D13 9. CEFAZOLINA 1G EV 8/8H D13		das 10 as 17:00 h ACT como orientado esforçativo, comunitário trata procedimento de enfermagem tomou banho de aspersão lavado nova de longa distância desidra + medicação 12h diurna presente + fraldas fisiológica presente aguarda atendimento médico ACT com 12x20x30mm Hg Gomesi Doren 683514 AC 12.14.2018 5:10 min Paciente em quarto de internação Paciente em quarto Paciente em quarto 12.04.18. às 16:05h - Paciente de alta hor- ptalar, com orientações, receita e agenda- mento de Enq Alessandra Costa

SAME / HUERB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL

Paulo Matheus
CRM 8004

168

Pag.: 001

HUERB PATOLOGIA CLINICA

AV. NACOES UNIDAS, 700, - BOSQUE - RIO BRANCO - CEP.69908620 - Tel.: 223-3080
CGC - 04.034.526/0002-24

Paciente...: JOAO VITOR BENTES DA SILVA (EME)
Requisicao: 18.PC.1.004810
Num. do BE: 02539361

Idade...: 20A
Requis.: 02/04/2018

US. Origem.: HUERB/PS *LCB*
Solicitante: NAO CONSTA

Cons. Regional:

Setor.....: EMERG. CIRURGICA E TRAUMA
HEMOGRAMA COMPLETO

ERITROGRAMA

Hemácias (em milhões):...	4,63	mm3	VR: H:4,5 a 6 M:4 a 5 milhões/mm3
Hemoglobina:.....	13,30	g/dL	VR: H:13 a 18 M:12 a 16 g/dL
Hematócrito:.....	40,00	%	VR: H:42 a 52 M:37 a 48 %
VCM:.....	86,10	fL	VR: 78 a 98 fL
HCM:.....	28,80	pg	VR: 26 a 34 pg
CHCM:.....	33,50	g/dL	VR: 31 a 36 g/dL

LEUCOGRAMA

Leucometria Global:.....	9.400	/mm3	VR: 5.000 a 10.000 /mm3
Basófilos:.....	0	%	VR: 0 a 1 %
Valor Absoluto:.....	0	mm3	VR: 2 a 4 %
Eosinófilos:.....	0	%	VR: 0 %
Valor Absoluto:.....	0	mm3	VR: 0 a 1 %
Mielócitos:.....	0	%	VR: 0 a 5 %
Valor Absoluto:.....	0	mm3	VR: 54 a 64 %
Metamielócitos:.....	0	%	VR: 21 a 35 %
Valor Absoluto:.....	0	%	VR: 4 a 8 %
Bastões:.....	0	%	VR: 0 %
Valor Absoluto:.....	0	mm3	
Segmentados:.....	76	%	
Valor Absoluto:.....	7.144	mm3	
Linfócitos:.....	23	%	
Valor Absoluto:.....	2.162	mm3	
Monócitos:.....	1	%	
Valor Absoluto:.....	94	mm3	
Blastos:.....	0	%	
Valor Absoluto:.....	0	mm3	
Observação:.....			

OS VALORES DE REFERENCIA AQUI CITADOS
SAO PARA PACIENTES ADULTOS.

Liberado por: SILVANA CORELHO PAIVA - CRM 658/PA 02/04/18 às 09:34 Coleta: 02/04/18 às 08:28 Via Impressa: 02/04/18

COAGULOGRAMA

Amostra: Sangue

Tempo de Sangramento:...	02 MINUTOS E 15 SEGUNDOS	VR: 1 - 5 minutos
Tempo de Coagulação:...	06 MINUTOS	VR: 2 - 10 minutos
Contagem de Plaquetas: ..	120.000 /mm3	VR: 150 a 400.000 /mm3

Liberado por: SILVANA CORELHO PAIVA - CRM 658/PA 02/04/18 às 09:34 Coleta: 02/04/18 às 08:28-1a. Via Impressa: 02/04/18

SAME / HUERB
CÓPIA
CONFIRME ORIGINAL

Pag.: 001

**HUERB
PATOLOGIA CLINICA**

AV. NACOES UNIDAS, 700, - BOSQUE - RIO BRANCO - CEP.69908620 - Tel.: 223-3080
CGC - 04.034.526/0002-24

Paciente...: JOAO VITOR BENTES DA SILVA (EME)
Requisicao: 18.PC.1.004928
Num. do BE: 02539361

Idade...: 20A
Requis.: 01/04/2018

US. Origem.: HUERB/PS *CCB*
Solicitante: NAO CONSTA

Cons. Regional:

Setor.....: EMERG. CIRURGICA E TRAUMA
HEMOGRAMA COMPLETO

ERITROGRAMA

Hemacias (em milhoes)....	4,06	mm3	VR: H:4,5 a 6 M:4 a 5 milhoes/mm3
Hemoglobina:.....	11,70	g/dL	VR: H:13 a 18 M:12 a 16 g/dL
Hematocrito:.....	35,00	%	VR: H:42 a 52 M:37 a 48 %
VCM:.....	85,70	fL	VR: 78 a 98 fL
HCM:.....	29,00	pg	VR: 26 a 34 pg
CHCM:.....	33,80	g/dL	VR: 31 a 36 g/dL

LEUCOGRAMA

Leucometria Global:.....	9.400	/mm3	VR: 5.000 a 10.000 /mm3
Basofilos:.....	0	%	VR: 0 a 1 %
Valor Absoluto:.....	0	mm3	
Eosinofilos:.....	1	%	VR: 2 a 4 %
Valor Absoluto:.....	94	mm3	
Mielocitos:.....	0	%	VR: 0 %
Valor Absoluto:.....	0	mm3	
Metamielocitos:.....	0	%	VR: 0 a 1 %
Valor Absoluto:.....	0	%	
Bastoes:.....	0	%	VR: 0 a 5 %
Valor Absoluto:.....	0	mm3	
Sgmentados:.....	48	%	VR: 54 a 64 %
Valor Absoluto:.....	4.512	mm3	
Linfocitos:.....	44	%	VR: 21 a 35 %
Valor Absoluto:.....	4.136	mm3	
Monocitos:.....	7	%	VR: 4 a 8 %
Valor Absoluto:.....	658	mm3	
Blastos:.....	0	%	VR: 0 %
Valor Absoluto:.....	0	mm3	
Observacao:.....			

**SAME / HUERB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL**

Rosemeiry M. Riveros
Biomédica
CRBM - 4 N° 759

OS VALORES DE REFERENCIA AQUI CITADOS
SAO PARA PACIENTES ADULTOS.

Liberado por: ROSEMEIRY MOREIRA DA SILVA RIVEROS 01/04/18 as 09:46 Coleta: 01/04/18 as 06:30-1a. Via Impressa: 01/04/18

CONTAGEM DE PLAQUETAS

Amostra: Sangue Total

Resultado:..... 94.900 < /mm3 VR: 150 a 400.000 / mm3

** TROMBOCITOPENIA **

Liberado por: ROSEMEIRY MOREIRA DA SILVA RIVEROS 01/04/18 as 09:46 Coleta: 01/04/18 as 06:30-1a. Via Impressa: 01/04/18

Governo do Estado do Acre
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

HISTÓRIA CLÍNICA DO PACIENTE

Queixa Principal: _____

Transtorno de ansiedade

História da Doença Atual: _____

*Paciente vindo de Trauma Rotacional do
4º CNV 23 e 14 evoluindo - 1) FCA em 10 dias*

História da Doença Anterior: _____

*1) ADM de ansiedade FCA Exato
em 10 dias*

Exame Físico: _____

Suprimido

Diagnóstico Provisório: _____

Regressão Exata FCA Quase Total

Diagnóstico Definitivo: _____

OMNI

Motivo da Cobrança: _____

12

11-ALTA CURA
12-ALTA MELHORADA
13-ALTA INALTERADA
14-ALTA PEDIDO
15-ALTA INTERNADO P/ DIAGNÓSTICO
16-ALTA ADMINISTRATIVA
17-ALTA POR INDISCIPLINA
18-ALTA POR EVASÃO
19-ALTA P/COMPL. EM REGIME AMBULATORIAL
21-PERMANÊNCIA POR CARACT. PROP. DA DOENÇA
22-PERMANÊNCIA POR INTERCORRÊNCIA
23-PERMANÊNCIA POR MOTIVO SOCIAL
24-POR DOENÇA CRÔNICA
25-PERMANÊNCIA POR IMPOS. DE CONIV. SOC. FAMILIAR
31-TRANSFERÊNCIA P/ FISILOGIA
32-TRANSFERÊNCIA P/ PSIQUIATRIA
33-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA MÉDICA
34-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA CIRÚRGICA
35-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA OBSTÉTRICA
36-TRANSFERÊNCIA P/ BERÇÁRIO
37-TRANSFERÊNCIA P/ CLÍNICA PEDIÁTRICA
38-TRANSFERÊNCIA P/ ISOLAMENTO
39-TRANSFERÊNCIA P/ OUTROS
41-ÓBITO COM NECROPSIA ATÉ 24 HS. DA INTERNAÇÃO
42-ÓBITO COM NECROPSIA ATÉ 48 HS. DA INTERNAÇÃO
43-ÓBITO COM NECROPSIA APÓS 48 HS. DA INTERNAÇÃO
44-ÓBITO DA PARTURIENTE C/ NECROPSIA C/ PERM. REC. NASC.

51-ÓBITO S/NECROPSIA ATÉ 24 HS DA INTERN.
52-ÓBITO S/NECROPSIA ATÉ 48 HS DA INTERN.
53-ÓBITO S/NECROPSIA APÓS 48 HS DA INTERN.
54-ÓBITO DA PARTURIENTE S/NECROPSIA C/PERMAM. DO RECÉM-NASCIDO
61-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. C/MENOS DE 24 HS DA PRIMEIRA CIRURGIA
62-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. DE 24 À 48 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
63-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. DE 48 À 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
64-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM POLIOTR. ACIM DE 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
65-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA COM MENOS DE 24 HS
66-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA 24 HS À 48 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
67-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA 48 HS À 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
68-ALTA P/ REOPERAÇÃO EM CIRURGIA DE EMERGÊNCIA ACIMA DE 72 HS APÓS A PRIMEIRA CIRURGIA
69-ALTA DA PARTURIENTE P/OPERAÇÃO C/PERMAN. DO RECÉM-NASCIDO
71-ALTA DA PARTURIENTE C/PERMANÊNCIA C/RECÉM NASCIDO

SAME / HUEB
CÓPIA
CONFORME ORIGINAL



Governo de Estado do Acre
Secretaria de Estado de Saúde
Hospital das Clínicas do Acre
Residência Médica de Ortopedia e Traumatologia

LAUDO MÉDICO

NOME:

Felipe Victor Bentes do Alencar

O paciente supracitado apresenta lesão do tendão anterior

do punho esquerdo a partir de 29.03.18

ou há 1 ano, tendo sido tratado com fisioterapia

curativa do repouso + uso de órtese

No momento, encontra-se do punho mobilizado, com

força normal e sem dor

para a realização das atividades

CID: 793.8

[Assinatura]

Médico

23.10.18

Rio Branco - AC



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
SISTEMA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

JOÃO VITOR BENTES DA SILVA

RG 13185247 SSP AC

CPF 047.881.442-32 DATA NASCIMENTO 12/01/1999

PLACAR JOÃO SIÂNIO DA SILVA

MARIA DAS GRACAS BENTES DE SOUSA

PROFISSÃO INDEFINIDA

1º ENDEREÇO 06781682871 VALIDADE 18/10/2021 2ª VALIDADE 09/02/2017

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1561501930

PROVIDO PLASTIFICAR 1561501930

LOCAL RIO BRANCO, AC

DATA EMISSÃO 26/03/2018

ACRE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO

 Polegar Direito 

João Vítor Bentes Da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1319524-7 DATA DE EMISSÃO 08/09/2016

NOME **JOÃO VÍTOR BENTES DA SILVA**

FILIAÇÃO
JOÃO RIBEIRO DA SILVA
MARIA DAS GRAÇAS BENTES DE SOUZA

NATURALIDADE RIO BRANCO - AC DATA DE NASCIMENTO 12/01/1998

DOC. ORIGEM CERTD MASC 4689 FLS 218 LIV A-16
3 OF RIO BRANCO-AC
CPF 047.891.442-32

2 VIA

SANDRO ROBERTO CORREA AGUIAR
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/06/03



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DETRAN - AC
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
 Nº 014397529902
 EXERCÍCIO 2018
 VPM 01 0047548640
 JOAO VITOR PERES DA SILVA
 Nº de Licença: AC 000705381
 AC
 047.891.442-3
 PLACA ANT. AC NAC2524
 CHASSI C6KE1500C0058802
 COMBUSTÍVEL GASOLINA
 PAS/MOTOCICLO/ACAPLICA
 MARCA MODELO YAMAHA/FACTOR YBR125 ED
 ANO FAB 2012 ANO MOD 2012
 CDS PREDOMINANTE RUXA
 CATEGORIA PARTICU
 CAP/POT/DL 2P/0124CC/7
 VENIC COTA UNICA *****
 1 *PAG0*
 2 *****
 3 *****
 V **PAG0 COTA UNICA**
 A *****
 PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) R\$0.7
 DATA DE PAGAMENTO 18/07/2018
 SEM RESERVA DE DOMÍNIO * BENEFITÁRIO
 RIO BRANCO AC
 DATA 19/07/2018

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS POR SOLOS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT
AC Nº 014397529902 BILHETE DE SEGURO DPVAT
RECIBO AC Nº 014397529902
19/07/2018
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204
 EXERCÍCIO 2018 DATA EMISSÃO 19/07/2018
 VA 01 047.891.442-32 PLACA NAC2524
 RENAVAM 00475486480 YAMAHA/FACTOR YBR125 ED
 ANO FAB 2012 1º CHASSI PC6KE1500C0058802
 2º CHASSI
 PRÊMIO TARIFÁRIO
 R\$81.29 R\$9.03 R\$90.33
 CUSTO DO BILHETE (R\$) R\$0.7
 CUSTO DO SEGURO (R\$) R\$185.5
 DATA DE QUITAÇÃO 18/07/2018
 COTA UNICA
 PAGAMENTO
SEGURADORA LÍDER - DPVAT
 CNPJ 09.348.308/0001-04



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0146641/19

Vítima: JOAO VITOR BENTES DA SILVA

CPF: 047.891.442-32

Seguradora: COMPREV SEGURADORA S/A

Data do acidente: 29/03/2018

Titular do CPF: JOAO VITOR BENTES DA SILVA

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

JOAO VITOR BENTES DA SILVA : 047.891.442-32

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 02/05/2019
Nome: JOAO VITOR BENTES DA SILVA
CPF: 047.891.442-32

JOAO VITOR BENTES DA SILVA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 02/05/2019
Nome: GUSTAVO BARBOSA RIBEIRO DA SILVA
CPF: 783.757.462-15

GUSTAVO BARBOSA RIBEIRO DA SILVA

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0146641/19

Vítima: JOAO VITOR BENTES DA SILVA

CPF: 047.891.442-32

Seguradora: COMPREV SEGURADORA S/A

Data do acidente: 29/03/2018

Titular do CPF: JOAO VITOR BENTES DA SILVA

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

JOAO VITOR BENTES DA SILVA : 047.891.442-32

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 02/05/2019
Nome: JOAO VITOR BENTES DA SILVA
CPF: 047.891.442-32

JOAO VITOR BENTES DA SILVA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 02/05/2019
Nome: GUSTAVO BARBOSA RIBEIRO DA SILVA
CPF: 783.757.462-15

GUSTAVO BARBOSA RIBEIRO DA SILVA

Rio de Janeiro, 03 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190301690

Vítima: JOAO VITOR BENTES DA SILVA

Data do Acidente: 29/03/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JOAO VITOR BENTES DA SILVA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASL: _____ CPF da vítima: 047.891.442 - 32 Nome completo da vítima: João Vitor Bentes da Silva

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: João Vitor Bentes da Silva CPF: 047.891.442 - 32
 Profissão: Autônomo Endereço: R. Zitoria Número: 652 Complemento: _____
 Bairro: Nova Esperança Cidade: Rio Branco Estado: Ac CEP: 69915-232
 E-mail: _____ Tel.(DDD): (66) 99283-4537

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:

☒ RECUSO INFORMAR ☐ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: Banco do Brasil

AGÊNCIA: CONTA:
 (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: 2359 0 CONTA: 46707 3
 (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima: _____
 Grau de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____
 Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: _____ Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Local e Data: Rio Branco - Ac, 30/04/2019
 Nome: _____
 CPF: _____

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

(*) Assinatura de quem assina A ROGO

João Vitor Bentes da Silva
 Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

TESTEMUNHAS

1º | Nome: _____
 CPF: _____

Assinatura

2º | Nome: _____
 CPF: _____

Assinatura

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 1ª REGIONAL - RIO BRANCO - AC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 036356/2018

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 29/11/2018 09:16 Data/Hora Fim: 29/11/2018 09:40
 Origem: Polícia Judiciária Data: 29/11/2018
 Delegado de Polícia: Leonardo Alves de Alvarenga Santa Bárbara

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia de Polícia da 1ª Regional

Data/Hora do Fato: 29/03/2018 19:44

Local do Fato

Município: Rio Branco (AC)
 Logradouro: AV GETULIO VARGAS

Ponto de Referência: PROXIMO A PONTE SOBRE O IGARAPÉ SÃO FRANCISCO
 Tipo do Local: Via Pública



Bairro: Raimundo Melo

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223. Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: BRENDON JACKSON PANTOJA PEREIRA (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Nasc: 19/04/1993

Estado Civil: Sem Informação

Endereço

Município: Rio Branco - AC
 Logradouro: RUA GUARANI
 Bairro: BOSQUE
 Telefone: (68) 99606-1510 (Celular)

Nº 415

Nome Civil: JOÃO VITOR BENTES DA SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: AC - Rio Branco

Sexo: Masculino

Nasc: 12/01/1998

Profissão: Desempregado

Estado Civil: Solteiro(a)

Nome da Mãe: Maria das Graças Bentes de Souza

Nome do Pai: João Ribeiro da Silva

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 13195247
 CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 047.891.442-32

Endereço

Município: Rio Branco - AC
 Logradouro: RUA BENJAMIN
 Bairro: VITÓRIA
 Telefone: (68) 99283-4537 (Celular)

Nº 367

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo: Veículo

Placa: MZY1273

Subgrupo: Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhão

Número do Chassi: *****76377

Delegado de Polícia: Leonardo Alves de Alvarenga Santa Bárbara
 Impresso por: Denis Fernandes de Araújo
 Data de Impressão: 29/11/2018 09:40
 Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2



PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 036356/2018

Ano/Modelo Fabricação 2008/2008
 UF Veículo Acre
 Marca/Modelo FIAT/PALIO FIRE FLEX
 Veículo Adulterado? Não
 Situação Envolvido

Cor Prata
 Município Veículo Rio Branco
 Modelo FIAT/PALIO FIRE FLEX
 Quantidade 1 Unidade

Nome Envolvido	Envolvimentos
Brendo Jackson Pantoja Pereira	Proprietário

Grupo Veículo
 Placa NAC2524
 Ano/Modelo Fabricação 2012/2012
 UF Veículo Acre
 Marca/Modelo YAMAHA/FACTOR YBR125 ED
 Veículo Adulterado? Não
 Situação Envolvido

Subgrupo Motocicleta/Motoneta
 Número do Chassi *****58802
 Cor Roxa
 Município Veículo Rio Branco
 Modelo YAMAHA/FACTOR YBR125 ED
 Quantidade 1 Unidade

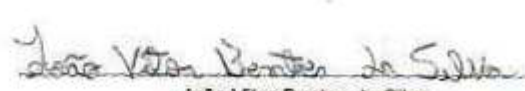
Nome Envolvido	Envolvimentos
João Vitor Bentes da Silva	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

COMUNICANTE INFORMA QUE TRAFEGAVA EM SUA MOTO PLACA NAC-2524 PELA AVENIDA GETULIO VARGAS SENTIDO BAIRRO CENTRO QUANDO COLIDIU NO VEÍCULO PLACA MZY-1273 QUE ESTAVA DEVIDAMENTE ESTACIONADO DO LADO DIREITO DA VIA. QUE FOI CONDUZIDO PELO SAMU PARA O PRONTO SOCORRO ONDE FOI DETECTADO LESÕES. QUE REGISTRA ESTE BO PARA FINS DE DPVAT. BAT N° 01767.

ASSINATURAS


 Denis Fernandes de Araújo
 Responsável pelo Atendimento


 João Vitor Bentes da Silva
 (Comunicante / Vítima)

*Declaro para os devidos fins de direito que sou o(s) único(s) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Condição do Código Penal Brasileiro.


 Leonardo Alves de Alvarenga Santa Barbara
 Delegado(a) de Polícia

DESPACHO 2018 0329192409 75534

DETRAN
ACRE**GOVERNO DO**
Povo do Acre
SERVIÇO DE TRÂNSITO

Departamento Estadual de Trânsito

BOLETIM DE ACIDENTE
DE TRÂNSITO

01 NÚMERO BAT

01767

NÚMERO FOLHA

02 RUA, AVENIDA, CRUZAMENTO, RODOVIA, KM, TRECHO DE RODOVIA

Av. Getúlio Vargas -

03 MUNICÍPIO

Rio Branco

04 UF

AC

05 PRÓXIMO CRUZAMENTO, PONTE, PASSAGEM DE NÍVEL, ETC.

PRÓX. A PONTE SOBRE O IGARAPÉ SÃO FRANCISCO

06 HORA DA OCORRÊNCIA

19:44

07 ZONA RURAL / URBANA

URBANA

08 DATA

12/10/2018

09 DIA DA SEMANA

Quinta

10 NATUREZA DO ACIDENTE

ATROPELAMENTO ☐ 1COLISÃO ☐ 3TOMBAMENTO OU CAPOTAGEM ☐ 5CHOQUE COM OBJETO FIXO ☒ 7OUTRA (ESPECIFICAR) ☐ 9

11 TIPO DE PAVIMENTO

ASFALTO ☒ 1CONCRETO ☐ 3PARALELEPÍPEDO ☐ 5CASCALHO ☐ 7TERRA ☐ 9AREIA ☐ 2

12 CONDIÇÕES DA VIA

SECA ☒ 1MOLHADO ☐ 3OLEOSA ☐ 5ENLAMEADA ☐ 7DANIFICADA ☐ 9OBRAS ☐ 2

13 CONDIÇÕES DO TEMPO

BOM ☒ 1CHUVA ☐ 3NEBLINA ☐ 5GAROA ☐ 7

14 N° DE VEÍCULOS

2

15 N° DE VÍTIMAS

SEM VÍTIMAS ☐COM VÍTIMAS ☒

16 NOME CONDUTOR

BRUNO JACKSON Pinheiro Pereira - 996061540

17 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

18 NASCIMENTO

11/10/1913

19 ENDEREÇO

RUA GUARANI 415 BOSQUE

20 1ª HABILITAÇÃO

05/10/2011

21 CATEGORIA

AB

22 PRONTUÁRIO

05520305300

23 UF

AC

24 EX. MÉDICO EM DIA

SIM ☒ NÃO ☐ 3

25 USAVA CINTO

SIM ☒ NÃO ☐ 3

26 USAVA CAPACETE

SIM ☒ NÃO ☐ 3

27 MARCA

Fiat Pálio Fire Flex 1.4S AUTOMÓVEL

28 ESPÉCIE

AUTOMÓVEL

29 PLACA

MZY 1243

30 MUNICÍPIO

Rio Branco

31 UF

AC

32 NOME DO PROPRIETÁRIO

O MESMO

33 ENDEREÇO

34 CHASSIS

9B D171646851 76 377

36 AVÁRIAS

SERVO ANGULAR POSTERIOR DIREITO

38 SENTIDO QUE TRAFEGAVA

ESTAVA DEVIDAMENTE ESTACIONADO.

40 AÇÃO DO CONDUTOR

PERMANECER NO LOCAL

35 COMPARECEU NO POSTO

SIM ☒NÃO ☐

42 NOME CONDUTOR

JOÃO VITOR BENTES DA SILVA 992321661

43 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

44 NASCIMENTO

11/21/1918

45 ENDEREÇO

RUA BENJAMIM 367 VITÓRIA

46 1ª HABILITAÇÃO

09/02/17

47 CATEGORIA

A

48 PRONTUÁRIO

06391682871

49 UF

AC

50 EX. MÉDICO EM DIA

SIM ☒ NÃO ☐ 3

51 USAVA CINTO

SIM ☒ NÃO ☐ 3

52 USAVA CAPACETE

SIM ☒ NÃO ☐ 3

53 MARCA

YAMAHA FACTORY PASSEGEIRO

54 ESPÉCIE

PASSEGEIRO

55 PLACA

NAC 2524

56 MUNICÍPIO

Rio Branco

57 UF

AC

58 NOME DO PROPRIETÁRIO

O MESMO

59 ENDEREÇO

60 CHASSIS

9C6KE1900C0058802

62 AVÁRIAS

SERVO FRONTAL / LAT. DIREITO

64 SENTIDO QUE TRAFEGAVA

BAIRRO - CENTRO

66 AÇÃO DO CONDUTOR

CONDUZINDO PELA SINAL

61 COMPARECEU NO POSTO

SIM ☐NÃO ☐

68 NOME

Mirla Assaf da Silva

CPF: 9984388228-67

Coordenadora de Engenharia de Trânsito

75 NOME

Mirla Assaf da Silva

CPF: 9984388228-67

Coordenadora de Engenharia de Trânsito

69 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

70 NASCIMENTO

11/11/1918

72 IDENTIDADE

FIC 2011112

73 ORGÃO EMISSOR

FIC 2011112

74 UF

AC

76 SEXO

M ☒ 1 F ☐ 3

77 NASCIMENTO

11/11/1918

78 UF

AC

VEÍCULO / CONDUTOR

VEÍCULO / CONDUTOR

EMUNHAS



VÍTIMAS	82 NOME	JOÃO VITOR BENTES DA SILVA			83 SEXO	M ☒ F ☐	84 NASCIMENTO	11/12/01			
	85 ENDEREÇO	RUA BENJAMIN 367 VITÓRIA			86 FERIMENTOS LEVES ☐ GRAVES ☐ FATAIS ☐	87 VIAJAVIA NO VEÍCULO Nº	2	88 USAVA CINTO	SIM ☐ NÃO ☐		
	89 CONDIÇÃO DA VÍTIMA	CONDUTOR ☒ PASSAG ☐ PEDESTRE ☐			90 CONDUZIDA PARA						
	91 NOME				92 SEXO	M ☐ F ☐	93 NASCIMENTO				
	94 ENDEREÇO				95 FERIMENTOS LEVES ☐ GRAVES ☐ FATAIS ☐	96 VIAJAVIA NO VEÍCULO Nº		97 USAVA CINTO	SIM ☐ NÃO ☐		
	98 CONDIÇÃO DA VÍTIMA	CONDUTOR ☐ PASSAG ☐ PEDESTRE ☐			99 CONDUZIDA PARA						

100 DIAGRAMA DO ACIDENTE


 Kirla Assaf da Silva
 CPF: 9984388228-87
 Coordenadora de Engenharia de Trânsito

CONFERE COM O ORIGINAL
 EM 29/11/18

101 OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

GUARNIÇÃO ACIONADA VIA CIOSP. APERIÇÃO FOI REALIZADA PELA POLÍCIA TÉCNICA. O VZ FOI ENTREGUE AO SR. GISMAR NEVES DA SOUZA - CNH 04068692914 - AD/ACRE. NÃO FOI POSSÍVEL DEFINIR O GRAU DAS LESÕES SÓRIDAS DELO CONDUTOR VZ QUANDO ESTA GUARNIÇÃO CHEGOU AO LOCAL ELE JÁ HAVIA SIDO CONDUZIDO PELA SAMU.

ATESTO QUE AS INFORMAÇÕES ACIMA SÃO A EXPRESSÃO DA VERDADE

102 MOTORISTA	V1	103 MOTORISTA	V2	104 AGENTE AUTORIDADE DE TRÂNSITO	CB PM
105 NOME	BRENO JACKSON P. PEREIRA	106 NOME	JOÃO VITOR BENTES DA SILVA	107 NOME/ RG	3909
108 ASSINATURA	Breno S. P. Pereira	109 ASSINATURA		110 ASSINATURA	RICHARDO



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASL: _____ CPF da vítima: 047.891.442 - 32 Nome completo da vítima: João Vitor Bentes da Silva

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: João Vitor Bentes da Silva CPF: 047.891.442 - 32
 Profissão: Autônomo Endereço: R. Zitoria Número: 652 Complemento: _____
 Bairro: Nova Esperança Cidade: Rio Branco Estado: Ac CEP: 69915-232
 E-mail: _____ Tel.(DDD): (66) 99283-4537

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:

☒ RECUSO INFORMAR ☐ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: Banco do Brasil

AGÊNCIA: CONTA:
 (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: 2359 0 CONTA: 46707 3
 (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima: _____
 Grau de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____
 Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Local e Data: Rio Branco - Ac, 30/04/2019
 Nome: _____
 CPF: _____

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

(*) Assinatura de quem assina A ROGO

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

TESTEMUNHAS

1º | Nome: _____
 CPF: _____

Assinatura

2º | Nome: _____
 CPF: _____

Assinatura

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura. NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

SAMU 192		FICHA DE REGULAÇÃO - SAMU 192		Data Emissão: 29/11/2018 Hora emissão: 10:06 Operador:
Nº da Ocorrência 1803290083	Qtd. Vítimas 1	Dthr Início: 29/03/2018 19:32 Dthr Término: 29/03/2018 20:45	Classificação de Risco: VERDE(BAIXO RISCO) Tipo Ocorr: CAUSAS EXTERNAS Motivo Ocorr: COLISÃO CARRO X MOTO	

DADOS DA OCORRÊNCIA

Nome Sobrenome: BRENDON
End: R GETULIO VARGAS
Bairro: RAMUNDO MELO
Cidade: RIO BRANCO
CEP:
Ponto de Referência: PRQX: A PRAÇA

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Tipo de Ligação: ATENDIMENTO
Telefone do Solicitante: (66) 306061510
Guia:

Origem de Ligação: VIA PUBLICA

**VÍTIMAS**

Vítima 1	Nome: JOAO VICTOR MENDES SILVA	Idade: 20 ANOS	Sexo: MASCULINO
	Classificação:	CNS:	Documento:
	Endereço:		

AVALIAÇÃO NÃO ESTRUTURADA

Vítima 1	Profissional: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBO	Data/Hora: 29/03/2018 20:08
	Avaliação: EQUIPE INFORMANDO PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO, APRESENTANDO FRATURA EXPOSTA EM MIE SEM SANGRAMENTO ATIVO	
Vítima 1	Profissional: GABRIELA CORDERO	Data/Hora: 29/03/2018 19:34
	Avaliação: ACIDENTE CARRO X MOTO 1 VITIMA	

AVALIAÇÃO ESTRUTURADA**DECISÃO TÉCNICA**

Vítima 1	Profissional: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBO	Data/Hora: 29/03/2018 20:08	Situação: F
	Decisão: ENCAIXINHAR A UNIDADE DE EMERGÊNCIA		
	Profissional: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBO	Data/Hora: 29/03/2018 20:08	Situação: F
	Destino: HOSPITAL DE URGENCIA E EMERGENCIA DE RBO - HUERS		
	Profissional: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBO	Data/Hora: 29/03/2018 20:08	Situação: F
	Intervenção:		
	Observação:		
Vítima 1	Profissional: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBO	Data/Hora: 29/03/2018 20:08	Situação: F
	Decisão: ENVIO DE VEICULO		
	Profissional: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBO	Data/Hora: 29/03/2018 20:08	Situação: F
	Destino: LOCAL DA OCORRÊNCIA		
	Profissional: PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBO	Data/Hora: 29/03/2018 20:08	Situação: F
	Intervenção:		
	Observação:		

CONCLUSÃO



Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito que a ocorrência de nº
1803290083, de 29/03/2018, às 119:32 horas, registrada pelo SAMU como:
COLISÃO CARROX MOTO, com 01 vítima, refere-se ao paciente **PAULO VITOR
BENTES DA SILVA, 20 anos**

Rio Branco, 29 de novembro de 2018.

Solange Maria de Sousa
Enfermeira. COREN/AC 51978

COMPREV - COMPANHIA DE PREVIDÊNCIA S/A
02 MAI 2019
PROTÓCOLO
AG - RIO BRANCO

Not for Public Release 003931600

AVENIDA DE ENTREVISTA DO ACRS S.A.
C/da Avenida da Entrevista 228 - Parque - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ 06.950.851/0001-70 - Ins. Estadual 01.004.141.000-44
C/da Avenida da Entrevista Emergentes - Santa Cruz

CONTAINER	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
MARCO/2019	18/03/2019	155	155,72

MARCO/2019 10/09/2019
SEBASTIANA FRANCISCA NERI LIMA
R. VITORIA 653 NOVA ESPERANCA
CPF: 00033990387200
CEP: 69.915-232 - RIO BRANCO

ROT: 7.001.07 01.000480

[illegible]Forma de Faturamento: **NORMAL**

Forma de Pagamento: NORMAL		Código de entrega: 1111		Data de entrega: 11/11/11	
DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classif/Subclassif	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Tel	Medida 12 meses
RESIDENCIAL	MIXTO	7293213		1.1.1.1	150

HISTÓRICO LVA		DESCRIÇÃO DA CONTA	
DATA	VALOR		
FEV/19	124	CONSUMO	155 A R\$ 0,852880 = 132,19
JAN/19	137	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)	5,70
DEZ/18	139	COBRANCA DIF ENERGIA 2497ANEEL	13,20
NOV/18	125	COBRANCA DIF ICHS R2497ANEEL	2,53
OUT/18	181	COBRANCA DIF PIS R2497ANEEL	0,01
SET/18	185	COBRANCA DIF COFINS R2497ANEEL	0,07
AGO/18	153	MULTA POR ATRASO 02/19-00	1,81
JUL/18	150	JUROS DL HORA DE IMPD 02/19-00	0,21
JUN/18	136		
MAI/18	135		
TOTAL			
R\$ 1.175,00			

MENSAGENS IMPORTANTES / FATURADO DE VENCIMENTO

FATURA COM COBRANCA DIFERENÇA DA TARIFA-RESOLUCAO ANEEL 2497/18 C
ONFIRME DECISAO JUDICIAL NO PROCESSO 1001413-57.2018.4.01.3000
Parabens! Até o dia 07/03/2019, não constatamos faturas vencidas
nessa Unidade Consumidora.

[illegible]



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Time partitioning

Sociedade anônima

Boite à Embarcadere

Normal

Model Protocols

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Último Argumento:

00003131301 - 18/12/2017

NINE: 33.3.0026679-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boletín(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
PREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 2/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

CR *Lucas*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro		
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018		
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.		
Autenticação: FD6974386FA48220CPDE4B56AFAD5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDA80E17B8		
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 3/13		

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tórres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas

Página 2 de 3

CR *Luci*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 4/13



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro, Rio de Janeiro CEP 20031-205

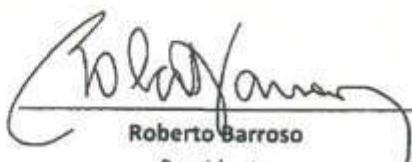


7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13



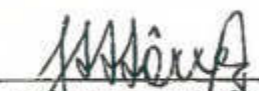
**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TÔRRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 8/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECPBFFD5CF68740F233E496AFDAB0E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/13





14

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 16, terça-feira, 23 de janeiro de 2018

PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.533, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susp 13414/61978/2017-94, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pela assembleia de ALM SEGURADORA S.A. - MICROSEGUROADORA, CNPJ n.º 23.694.731/0001-89, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 26 de junho de 2017:

I - Aumento do capital social em R\$ 450.168,90, elevando-o para R\$ 3.155.593,81, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Revogar o que a Portaria de R\$ 180.140,00 do aumento de capital referido deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.533, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susp 13414/61978/2017-44, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.533, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susp 13414/61978/2017-50, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membro do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 23.376.988/0001-01, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião do conselho de administração realizada em 26 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susp/Direg n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 2 de janeiro de 2018, página 168, após o 1º, insere-se: "... na reunião do conselho de administração realizada em 27 de novembro de 2017, a Assembleia geral extraordinária realizada em 7º de novembro de 2017."

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 3.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Emenda Regimental da Assembleia, aprovada pelo Decreto n.º 375, de 28 de novembro de 2007.

Considerando o Decreto Federal n.º 16.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Intermin n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 48;

Considerando que o Instituto ou entidade por ele acreditada, conforme o disposto no § 1º do art. 7º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve assinar a adequação das veículos e dos equipamentos rodoviários destinados a esse fim;

Considerando a necessidade de substituição do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Intermin n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Intermin n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Intermin
Diretoria de Avaliação da Conformidade - Deacof
Rua Santa Arcadina, n.º 416 - 3º andar - Rio Grande

Cep 21.261-232 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Intermin n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Intermin n.º 16/2016 os Anexos F e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídos, no art. 4º da Portaria Intermin n.º 16/2016, as seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em âmbito pelo Departamento de Negociação Internacional (DEINT), com o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico n.º 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT-1). Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DEINT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Térreo, CEP 20031-900, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2 As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante a prenotação integral do resumo prévio, disponível na página do DEINT no Internet, no endereço <http://www.mdic.gov.br/informacoes/EXPOSTOIRIO/area-de-intervencao/area-de-intervencao-de-comercio-exterior> ou pelo endereço de e-mail deint@mdic.gov.br.

3 O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mdic.gov.br/deint> ou pelo endereço de e-mail deint@mdic.gov.br.

4 Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas entidades em nomeção do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2917.20.00 - Ácidos poliacetabólicos cíclicos, cíclicos ou cicloacetabólicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados	2917.20 - Ácidos poliacetabólicos, cíclicos, cíclicos ou cicloacetabólicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados
	2917.20.10 - Ésteres de ácidos poliacetabólicos cíclicos
	2917.20.15 - Cloracetato de dimetil
	2917.20.20 - Outros
	Quais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0001291012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO EM 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5E6CF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/13



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIEGO LIMA PAULI e Tribunal de Justiça do Estado do Acre, protocolado em 22/10/2020 às 16:47, sob o número WEB120700580611. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tj-ac.gov.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0710581-65.2019.8.01.0001 e código 275EAOF.

12/10



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4995508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/14

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

M/4



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/4



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIEGO LIMA PAULI e Tribunal de Justiça do Estado do Acre, protocolado em 22/10/2020 às 16:47, sob o número WEB120700580611. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0710581-65.2019.8.01.0001 e código 275EAOF.

16/7



4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

P/14



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

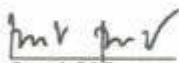
Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 – É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 – A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 – A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único – Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 – Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE

HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9600

ADB2B690
088674

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES e**
JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. Conf. por: Serventia T.J.FUNDOS
Em testemunho da verdade. Total

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.
ECLP-54891 HCLP-54892 GRS
Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
Escritor
CTRB 46062 série 06077 ME
Aut. 2013 3ª Lei 8.986/94

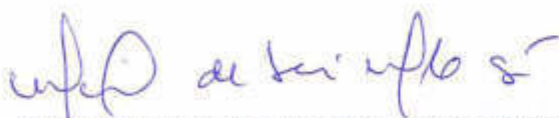
SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRDESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132

